

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

GIZELI FILIUS

O LIXO E A OPORTUNIDADE DE PENSAR O COMUM

Matinhos

2014

GIZELI FILIUS

O LIXO E A OPORTUNIDADE DE PENSAR O COMUM

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Questão Social na Perspectiva
Interdisciplinar, Universidade Federal do
Paraná - UFPR, Setor Litoral.

Orientador: Prof.Dr.Paulo Eduardo
Angelin

Matinhos

2014

RESUMO

O presente artigo apresenta a ideia de formação para o coletivo, na prática e na finalidade básica de autonomia socioeconômica manifestada pela proposta do associativismo, matriz deste trabalho. Para isso buscou-se conhecer as dificuldades da participação coletiva de um grupo de recicladores de lixo organizados em cooperativa. A experiência apresentada, basicamente, é um modelo de associação do município de Pinhais, sem a preocupação de trazer aspectos de formação e de organização política, para efeito de problematização, que não é o propósito deste artigo. Baseando-se em algumas correntes de pensamento e na pesquisa de campo, pretendeu-se desenvolver uma análise acerca dos limites e dificuldades culturais de se romper com o individualismo para alcançar a auto gestão e a emancipação socioeconômica em associação. Observou-se que a inserção na associação trouxe ganhos significativos somente no interesse socioeconômico, ou seja, alcançou resultados na qualificação da mão-de-obra, na melhora da condição de trabalho e renda dos associados, mas não promoveu integralmente o aprofundamento do vínculo coletivo. Acredita-se que isto ocorre porque a associação é investida de formação para o trabalho solidário na relação cotidiana entre os associados, porém não incorpora na identidade destes uma visão societária crítica e o interesse pelo comum.

Palavra chave: Associativismo; Auto Gestão; Coletivo; Individualismo.

ABSTRACT

This paper presents the idea of training for the collective, in practice and in basic purpose of socioeconomic autonomy expressed by the proposed associative, array of this work. For that aimed to investigate the difficulties of collective participation of a group of garbage recyclers organized into cooperatives. The experience presented, basically, is an association model of the city of Pines without the worry of bringing aspects of training and policy organization for the purpose of questioning, which is not the purpose of this article. Based on some currents of thought and in field research, we sought to develop an analysis of the limits and difficulties of cultural break with individualism to achieve self management and socioeconomic emancipation in association. It was observed that the inclusion in the association has brought significant gains only in socioeconomic interest, ie, achieved results in qualification of workforce, improvement of working conditions and income of associates, but not fully promoted the deepening of the collective bond . It is believed that this occurs because the association is vested in training for solidarity work in everyday relationship between the associated, but not the identity of these incorporates a corporate overview and critical interest in common.

Keyword: Associations; Self Management; collective; individualism

1. INTRODUÇÃO

Considera-se que a construção deste artigo procurou refletir e analisar a adesão e a participação em cooperativa de recicladores de materiais, com base no “lixo”, relacionando-se desde a sua organização, as transformações que se

operam na estrutura social e cultural de se pensar o coletivo. Destaca-se e considera-se o fato de que a relação e a formação teórico-metodológica que se verifica entre a ILIX – Instituto Lixo e Cidadania (ONG) e os associados/recicladores da AREPI – Associação de Recicladores de Pinhais subsidiaram a temática aprofundada neste artigo.

A opção pelo estudo deveu-se, principalmente, pela proposta de entender como é a apreensão dos sujeitos envolvidos na ideia de associar interesses comuns fazendo do lixo a base da transformação da realidade socioeconômica, além do interesse do poder público em intervir com esta população, dando visibilidade à condição de marginalização na qual este grupo emerge, ou seja, atuar na organização, formação e proteção social com foco no crescimento e desenvolvimento social e econômico através da visão do coletivo. Potencialmente espera-se perceber se a formação investida na AREPI promove uma visão crítica e solidária do ponto de vista de entender que a desigualdade não é natural e sim derivada da competição associada ao capital.

Importou compreender que a constituição da cooperativa de recicladores de materiais no município de Pinhais se deu por iniciativa do Poder Público, Prefeitura, e foi edificada a partir de uma visão social de proteção que supõe convergir ações de políticas públicas intersetoriais com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS¹.

Como na gestão dos resíduos sólidos, a sustentabilidade se constrói a partir de modelos integrados, que possibilitem tanto a redução como a reutilização e a reciclagem de materiais que possam servir de matéria-prima para processos produtivos, diminuindo o desperdício e gerando renda, é conveniente mencionar que para a garantia da sustentabilidade na gestão integrada de resíduos sólidos não pode ficar cingida à apenas uma área técnica, pois a busca para a solução dos problemas tem como fator determinante a integração outras áreas a saúde, a fazendária, a de planejamento e as sociais. Desta forma, a integração das demais áreas técnicas trarão significativos avanços para a questão. (Trecho da Carta de apresentação do PROJETO DE LEI, EM Nº 58/MMA/2007)

As razões consideradas para a articulação entre a PNRS e as demais políticas públicas consideram todo um aparato para dar respostas ambientais,

¹ A lei 12.305/10 que traz em seu conteúdo, obrigações para os municípios no que se refere a valorização do lixo que pode ser reciclado ou reaproveitado, agregando valor econômico ao que antes era descartado e inutilizado.

urbanas e principalmente sociais no que diz respeito ao destino da produção de lixo e nas condições de vida de milhares de trabalhadores nessa área:

Outro aspecto que deve ser considerado é a presença de catadores nas áreas de disposição final. Segundo a PNSB 2000, cerca de 25.000 catadores trabalham nessas áreas, dos quais 22,3% têm até 14 anos de idade, e ainda não se pode deixar de citar os catadores que vivem nas ruas das grandes cidades brasileiras. Devemos lembrar, inclusive, que Vossa Excelência, vem demonstrando preocupação com a situação degradante de milhares de famílias que se alimentam de restos descartados no lixo e sobrevivem economicamente com a venda dos materiais recicláveis coletados, criando, em setembro de 2003, o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo, integrados por diversos ministérios no intuito de propor ações capazes de enfrentar esta situação. (Trecho da Carta de apresentação do PROJETO DE LEI, EM Nº 58/MMA/2007)

Neste contexto da problemática social, a organização se deu na busca das práticas de bem comum, ou seja, nesta dinâmica, o associativismo relaciona-se à adoção de estímulos, de ajuda mútua e ao fortalecimento do capital humano. Aliado a isso, o cooperativismo propõe essa união das pessoas para o atendimento de aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de sociedade coletiva para exercer de forma organizada a atividade do lixo.

Neste ponto é importante esclarecer que em meio à organização da AREPI, surgiram preocupações principalmente com a cultura do individualismo, isto é, com a base de valores e crenças pertencentes e fundamentadas na dinâmica de cada indivíduo. Ao mesmo tempo em que se percebeu que há limitações, resistências e conflitos na dinâmica do processo de formação do coletivo, cujas causas são construtos de vida de cada um. Considerou-se que há que se compreender e trabalhar as adaptações ao nível das relações humanas, no foco do ser individual para o foco do sujeito capaz de se sentir protagonista e autônomo na administração dos interesses da cooperativa como instituição social.

Por isso, a compreensão dos fenômenos organizacionais no processo de transformação e consolidação do comum deve ser cunhada a partir das situações concretas e cotidianas coletivas. Assim, no âmbito do discurso associativista, se não há interesse comum, FRANCO (2002) considera que “*não há mudança de comportamento coletivo, não há mudança de papéis e não há*

mudança na composição, na quantidade ou na qualidade de capital humano e do capital social". Portanto, a associação pode ser uma dimensão própria da transformação social, não obstante promove a participação social, administrativa, na divisão do trabalho e renda e corrobora para a formação cidadã com moldes na autonomia e auto gestão.

Resgatando as diversas teorias sobre os efeitos do coletivismo e os autores que as propõem, a ideia de pensar o comum, das iniciativas de cooperação nas quais emergem a concepção de sustentabilidade, ainda não são suficientemente explicadas por suas características objetivas, contribui para isso as questões de valores humanos que a Psicologia Social tenta explicar, ou seja, para Gouveia:

Ao menos de forma implícita, as orientações individualista e coletivista sempre estiveram presentes nos estudos dos valores humanos. No entanto, embora se fale em valores individualistas e coletivistas, tem-se pouca informação disponível sobre os aspectos convergentes dos modelos teóricos que envolvem estes construtos. (GOUVEIA, 2003, p.223-224).

O ponto de partida para a reflexão neste estudo pode ser considerado pelo entendimento do associativismo como alternativa de desenvolvimento econômico e sustentabilidade social, ou seja, sob todas as dimensões, uma força estratégica. A abordagem da relação cooperação e sustentabilidade passa a ser interpretada a partir de duas óticas principais, a da valorização no que cabe ao processo de formação que desenvolve a socioeducação, a consciência cidadã, a convivência democrática. Por outro lado, a estrutura formal, com regras e estrutura de poder contribui para as contradições no espaço coletivo.

A discussão acerca da ideia de coletivismo perpassa de forma não aprofundada na aproximação com os conhecimentos teóricos da antropologia e da sociologia, tendo em vista fornecer um debate que seja, precisamente, interdisciplinar. Mas há que se considerar que a problematização das questões que levam como tema "o interesse comum" leva em conta o referencial do que se quer alcançar neste objeto de estudo, ou seja as relações coletivas na hipótese do associativismo na AREPI.

Não há como referir-se ao coletivismo sem remeter-se ao capitalismo, dessa forma se faz necessário conceituar algumas ideias sob a ótica de Marx. A

primeira delas é a expressão “modo de produção”, na sua totalidade, disse-se isso porque na completude em que Marx refere-se a esse assunto, o faz pela totalidade social. Ou seja, todo modo de produção é constituído por três estruturas, são elas: econômica, jurídico política e ideológica. Porém no modo de produção capitalista, a estrutura econômica estimula e determina as relações de produção capitalista, ao mesmo tempo em que produz bens materiais, reproduz a divisão dos homens em capitalistas e operários.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modos de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. (SINGER, 2002, p.10)

Partindo desse pressuposto, pode-se pensar que uma sociedade baseada numa visão associativista deve romper com a divisão do indivíduo sob a ótica do patrão e empregado, constituindo uma totalidade social “ideal”, na qual a produção de bens materiais é efetuada de forma homogênea, o qual na visão de Marx pode-se determinar a “formação social”. Lembremos que Marx afirma que essa relação direta nos *“revela a base oculta de toda a construção social”* (MARX, 2008, Livro III, p.1047).

No campo da Antropologia Cultural, as relações no espaço coletivo devem considerar os fatores culturalmente criados.

A cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade, que se realiza em parte consciente, em parte inconsciente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se. (GOMES, 2002, p.36)

Há que se entender que a sociedade propõe para os atores nela inseridos projetos individuais e projetos sociais. Sobre esse argumento, Velho (2004) explica que:

Em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas

da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito. A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns que podem ser os mais variados – classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc. (VELHO, 2004, p.33)

Esta concepção define e traz novos problemas, o “homem em coletividade”, “pensar”, ou “posicionar-se perante o absoluto”, na possibilidade de se comportar de forma altruísta ou egoísta, características de comportamento que vão além do comportamento coletivo.

Neste aspecto como entender a economia solidária, pensada a partir da cooperação no aspecto da relação de produção cultural coletiva?

Neste contexto se insere a presente discussão, na dimensão da melhora das condições de vida de um grupo, sob a expectativa de pensar o associativismo e a formação de um comportamento democrático que possibilite a agregação aos interesses comuns.

Nesse sentido o objeto deste artigo foi analisar o alcance do trabalho formador de coletividade e as dificuldades de participação coletiva no processo de associativismo do grupo inserido na AREPI – Associação de Recicladores de Pinhais. Para isso, utilizou-se de conhecer a proposta do agente formador – Instituto Lixo e Cidadania em seu projeto para a AREPI.

2. O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

As práticas associativas buscam concretizar interesses comuns contrapondo ao cenário de desigualdade social. Segundo SINGER (2002, p.24), a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos. Ainda segundo SINGER (2002, p.121), a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional. Portanto, é um processo reinventado num contexto favorável à perspectiva de sustentabilidade.

A argumentação crítica sobre o significado e conceito de associativismo inserido no sistema capitalista pode ser buscado no aporte teórico de Marx, que segundo SINGER (1998) na sua obra “Uma Utopia militante: Repensando o

Socialismo”, nesta o autor resgata o conceito de socialismo vinculado a democracia econômica, o que Marx chamava de sociedade dos “livres produtores associados”, ou seja esboça a ideia de uma economia na qual os meios de produção estejam nas mãos dos próprios trabalhadores. Portanto, desenvolve, em contraposição ao capitalismo, a ideia de que o coletivo, a massa, pode dar conta de desenvolver uma forma de associar sem que para isso tenha que vender a sua força de trabalho. Em suma, a defesa, a partir de Marx, é de que o desenvolvimento autêntico e livre de uma sociedade é determinado pela conexão das pessoas pela solidariedade necessária ao livre desenvolvimento de todos, e, finalmente, no caráter universal da atividade dos indivíduos em função das forças produtivas existentes.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER: 2002, p. 83)

Por isso, a prerrogativa de consolidação das bases inscritas por essa nova forma de pensar o comum, como um conjunto de iniciativas para a superação das diferenças, isso só é possível se entendermos o processo tal qual ele se consiste, como uma nova concepção de sustentabilidade.

Paul Singer (2002, p.10) introduz a ideia de economia solidária na ótica de um novo modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Amplia-se assim, o resultado natural de que a união de todos os que produzem na aplicação de princípios solidários, os torna uma nova classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada sociedade econômica ou cooperativa.

Neste contexto, a mudança de paradigma impõe pensar que o processo de associativismo só se constrói diante da participação coletiva nos atos e fatos do cotidiano, que são múltiplos e abrangem variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais através da troca de experiências e a convivência entre pessoas se constitui em oportunidade de crescimento e desenvolvimento humano. O associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que

pode ser verificado nos mais diferentes lugares sociais. No entanto, predominantemente, a cooperação é percebida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens adquiridos.

Porém, no contexto que se quer tratar o associativismo pressupõe-se uma ação social, pela sua importância nas transformações sociais, principalmente, no que determina direitos e deveres e o comportamento político do sujeito. Que vale dizer, segundo DEMO (2001, .3), que é *“a capacidade da população de manter sob controle o Estado e o mercado, de tal sorte que prevaleça o bem comum”*. Ainda, significa dizer que, dessa forma, um grupo excluído socialmente de direitos pode gerenciar estratégias de desenvolvimento de interesses comuns e controle do poder nessas condições.

Para Alexis Tocqueville (2000), a possibilidade de associação predispõe a condição e o fortalecimento da democracia para a luta por direitos sociais, por estabelecer que os interesses individuais se agreguem num convívio comunitário. Ainda, este autor, promove a ideia de que o indivíduo sozinho tem menores possibilidades de vencer o sistema social predisposto.

Da mesma forma, considera Paulo Singer (2002, p.9), *“a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais, em vez do contrato entre desiguais”*.

3. METODOLOGIA

“A pesquisa tem por finalidade tentar conhecer e explicar os fenômenos, a forma como se processam a sua estrutura e função, as mudanças que se operam, e até que ponto podem ser controlados e orientados” (MAGALHÃES apud ORQUIZA, 2002, p.10). E ainda, *a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema* (GIL1991). Partindo dessa ideia tentamos neste trabalho de pesquisa utilizar técnicas adequadas para a obtenção de dados relevantes ao conhecimento e compreensão do fenômeno a ser estudado.

De acordo com a abordagem do problema, este trabalho utilizou o método de pesquisa qualitativa para descrever e interpretar o fenômeno, compreender a complexidade de determinadas representações e as relações com o contexto na qual se produzem as relações no espaço coletivo. Optou-se por este, porque, segundo Minayo (1994), *“trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”*.

E com relação ao objetivo, trouxe na pesquisa descritiva o conhecimento da realidade do fenômeno e das representações do grupo de associados. Esta teve como objetivo principal a identificação dos motivos que contribuem para o problema neste projeto levantado.

Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, organizadas através das entrevistas e observações.

. Para Santos (1999, p.30) as informações coletadas são baseadas em documentos que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação. Para a coleta das informações sobre a formação da AREPI, foi utilizado o Projeto apresentado para *convênio com a Prefeitura de Pinhais*, onde constava o *Plano de Trabalho* e ainda fazendo parte da pesquisa documental, foram explorados os *relatórios anuais de atividades referentes a anos anteriores de convênio*.

A partir daí a pesquisa bibliográfica utilizou informações advindas de material publicado por outros autores e procurou explicar o problema do ponto de vista teórico e confrontar com as percepções de realidade do estudo em campo, fundamentando e justificando os limites e contribuições do associativismo para o grupo de recicladores.

O instrumento de coleta de dados compreendeu a pesquisa de campo, que registrou os dados no lugar natural onde ocorrem. Observar é *“aplicar atentamente os sentidos físicos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”* (MAGALHÃES apud CERVO; BERVIAN, 2002, p.27). Durante a construção do trabalho, a entrevista semi-estruturada foi uma forma de coleta das informações in loco dos indivíduos participantes do processo, os profissionais envolvidos no fenômeno estudado.

Tanto as fontes bibliográficas, o campo de aproximação, as entrevistas com os atores, contribuíram para aprofundar o conhecimento da realidade na tentativa de explicar o problema aqui proposto.

Para Gil (1999, p.168), a interpretação e análise dos dados e informações extraídos no processo de pesquisa trazem respostas aos problemas levantados e subsidiam a abordagem do problema central, objeto de estudo que norteia o objetivo desta pesquisa. Sendo que a análise de conteúdo, além de uma técnica é considerada uma metodologia que possibilita atender inúmeras necessidades na análise de dados voltados para uma abordagem qualitativa.

Portanto, de acordo com o procedimento e as técnicas relatadas na metodologia e com os objetivos específicos, cada determinante indicou e incidiu na ponderação de informações e organização dos dados para que destinaram nas considerações finais neste trabalho.

4. A ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES – AREPI

Esta pesquisa se desenvolveu na AREPI – Associação de Recicladores de Material Reciclável de Pinhais no período de janeiro a outubro do ano de 2014. Tínhamos como hipótese principal a possibilidade que encontraríamos dificuldades na compreensão do fenômeno “associar-se”, devido às realidades sociais individuais e aos fatores culturais que produzem o individualismo em contraponto ao coletivismo.

Trata-se de uma associação que nasceu no ano de 2010, na perspectiva de tornar catadores autônomos em associados cooperados, garantindo uma renda fixa, direitos sociais trabalhistas, melhores condições de trabalho, formação, às pessoas que viviam em condições de pobreza e exploração por parte de “atravessadores”, aqueles que comercializam o lixo, fazendo dele fonte de lucro e exploração de mão de obra.

Ainda hoje, a AREPI não alcançou um nível considerado de autogestão dos associados, necessitando de acompanhamento e apoio do poder público, a Prefeitura Municipal. Dentre as iniciativas da prefeitura está a garantia de apoio administrativo e de formação concedido através de convênio com a ONG Instituto Lixo e Cidadania, o qual é responsável por organizar os catadores em associação e trabalhar com a formação para o coletivo e a autogestão.

Sobre esta formação que trataremos nesta pesquisa, que procura entender o processo de entrada desses catadores, a visão de cooperativa que eles tiveram quando chegaram e a forma como se trabalha a formação para associação na AREPI.

Conforme a pesquisa de campo, observou-se que há na AREPI grande rotatividade de associados, os quais surgem de encaminhamentos e busca ativa do órgão da Assistência Social e principalmente por demanda espontânea indicados pelos próprios associados. Inicialmente para se inserir na AREPI havia a necessidade de ser identificado pela Assistência Social como estando na condição de catador de material reciclável na rua, “carrinheiro”. Estes traziam consigo demandas sociais urgentes, como informalidade, baixa escolaridade, miserabilidade, condições escassas de saúde física e mental, idade avançada e/ou a presença de crianças e adolescentes participando deste trabalho, invisíveis aos olhares da sociedade.

Atualmente, observou-se que a AREPI tem como associados, um grupo de pessoas caracterizado por desempregados sem qualificação, ou seja, pessoas que buscam trabalho sazonal e que por algum motivo social não conseguem se inserir em trabalho formal. Não aprofundaremos neste artigo tais motivos que vão do desemprego, baixa escolaridade, dificuldades de reinserção social, saúde mental a conflitos com a lei. Cabe apenas, compreender que as observações e as entrevistas determinaram o grupo a ser pesquisado e a forma de abordagem, mas não influenciaram o principal objetivo que é conhecer como as pessoas entendem o sentido da cooperação no ambiente coletivo de uma associação.

Tendo essa perspectiva a problemática da pesquisa encontra seus fundamentos na relação entre, de um lado, a sociabilidade envolvida na temática da associatividade, e a condição social e cultural reconhecidas como condição individual de cada associado. A hipótese é que a forma de como os associados vivem suas relações sociais e familiares, as condições econômicas e de saúde e principalmente as culturais vividas no seu contexto particular, levam a comprometer os vínculos associativos de tal forma a prejudicar o ideal associativista e sua existência passa a ser questionada do ponto de vista solidário para o ponto de vista capitalista.

Para entender melhor tal hipótese temos que conhecer como se dá o processo de concepção associativista tanto para os associados, quanto para quem propõe forma-los nessa organização solidária.

Antes, porém, há de se reconhecer que o Instituto Lixo e Cidadania é uma Organização não Governamental – ONG contratada pela Prefeitura para resolver os problemas dos associados, ou seja, ensiná-los a administrar, mediar conflitos, incentivar uma visão de empresa coletiva, aprender sobre o material reciclável e suas possibilidades de gerar renda.

De um lado, o Instituto Lixo e Cidadania, agente propositor da formação para o associativismo e autogestão da AREPI, do outro lado, os indivíduos que se inserem em busca de renda e melhores condições vida e trabalho. Sobre a ILIX:

O Instituto Lixo e Cidadania-PR (ILIX) é uma Organização Não Governamental (ONG) cuja missão é a transformação socioeconômica da realidade dos catadores de materiais recicláveis. Foi fundado no dia 8 de julho de 2003 com a finalidade de gerenciar e executar as ações deliberada nas reuniões plenárias do Fórum Lixo & Cidadania do Paraná. As ações do ILIX, sempre tendo em conta os princípios do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), viabiliza assistência (técnica administrativa, financeira-contábil e jurídica não contenciosa) aos catadores de materiais recicláveis do Paraná e de outros estados, garantindo a autonomia, autogestão e independência desses grupos. (INSTITUTO LIXO E CIDADANIA.ORG, 2014)

A Pesquisa documental levou-nos a conhecer o projeto da instituição com relação à AREPI. Portanto, no texto de justificativa do Projeto, a ILIX declara que *“Na maioria das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis as dificuldades são as mesmas: (1) conflitos entre associados e (2) alta rotatividade de profissionais”*. Portanto, são fatores fundamentais e que influenciam na organização e na formação destes associados.

A proposta contida no detalhamento do objeto do Projeto do Instituto Lixo e Cidadania é:

- (1) fornecer formação mensal para os associados, (2) prestar apoio jurídico-contábil permanente, com vistas a manter a regularidade plena da AREPI, (3) fornecer apoio operacional e, (4) fornecer apoio administrativo”. A formação, seu principal promotor, leva como considerações natas, temas como: “a Economia Solidária, histórico do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Geração de Resíduos, Potencial de

Reaproveitamento, Mercado de Recicláveis, Coleta Seletiva, Destinação final de Resíduos, Incineração, Segurança do Trabalho e Saúde, Legislação, Educação Ambiental e Administração de empreendimentos Solidários.

Além do estímulo à participação, dos associados, no Fórum Estadual Lixo e Cidadania que acontece mensalmente, promovido pelo Ministério Público do Trabalho e segundo a ILIX, funciona como um espaço democrático onde os catadores são ouvidos e se atualizam de assuntos de interesse da sua categoria.

Conforme a pesquisa de campo, há na ILIX uma pedagoga encarregada de elaborar a formação para o associativismo. Para essa profissional aplicou-se um questionário relativamente curto, contendo perguntas referentes às dificuldades encontradas na formação dos associados e teve o objetivo de esclarecer a formação para o coletivo, de que forma essa se dá e se de fato ela se dá. Na segunda parte, a entrevista se deu aos três associados que iniciaram a atividade durante o processo formativo que deu origem à AREPI. A pretensão era perceber os vínculos de sociabilidade e solidariedade adquiridos pelos associados da AREPI.

5. A CULTURA DO INDIVIDUALISMO (Observações na AREPI)

Na entrevista pôde-se ter uma considerável ideação sobre o que propomos estudar, ao tentar descobrir qual a visão de cooperativa que tem os catadores autônomos que chegam à AREPI, a pedagoga assumiu que:

A visão é individual, já que o trabalho de rua deles é individualizado, então tenta-se trabalhar no dia a dia com eles a questão da cooperação, do trabalho coletivo, tudo que é feito dentro da associação, ela é feita de modo cooperativo, a organização, a formação, as reuniões, e a pauta das reuniões, tudo de acordo com o que acontece dentro da associação. Então pensar o coletivo é muito mais difícil do que pensar o individual. Então sempre que ele chega com um pensamento individual, quero resolver meus problemas e lá dentro nós trabalhamos quero resolver “o problema que é comum a todos.

A partir desta afirmação percebe-se a inclinação do ser humano para a manifestação individualista nas relações sociais e de trabalho. Sobre o individualismo, L. Dumont, C. Taylor, Michel Foucault, Marcel Gauchet e R.

Castel trazem uma lição fundamental: o individualismo tem uma história. O fato de erigir a própria vida como uma norma suprema não é uma preocupação natural e universal. É uma “construção social” uma invenção ligada a formas sociais particulares.

Portanto, na linha conceitual destes autores clássicos supõe-se que estudar o individualismo volta-se a estudar as diversas maneiras as quais o indivíduo se coloca no decorrer das situações históricas e dos contextos sociais. Haja vista um estudo voltado para o caminho da história, filosofia e antropologia.

Na prática da AREPI, voltamos a dizer, as observações sobre a cultura do individualismo estão interpostas na vida diária da associação. Sobre essa questão ainda a pedagoga relata concebe ser da natureza do ser humano, ou seja, segundo ela:

É sobrevivência, ele tem que coletar pra sobreviver, então ele trabalha muito com o hoje, quero dinheiro hoje, quero comer hoje, e a gente trabalha com o “vamos vender o material de quinze em quinze dias, recebe, tenta ficar com esse dinheiro, sobreviver nesses quinze dias, as vezes em dois dias eles gastam todo o dinheiro, então essa cultura de que eu tenho que deixar meu dinheiro e viver quinze dias, dá uma certa insegurança, então eles preferem ganhar menos e todo dia ganhar, do que ganhar o dobro daqui a quinze dias.

Ainda, sem desprezar a sua origem, o catador de material reciclável tem a visão muito voltada para as questões imediatistas, desse modo, segundo a entrevistada:

a questão cultural lá fora, é que ele trabalha pra alguém, ele trabalha pra um atravessador, pra quem ele vende o material. Essa pessoa, esse atravessador, vamos usar o nome atravessador, ele organiza os catadores e diz como ele quer esse material, então ele tem um padrão, fora da associação, ele tem um padrão digamos assim. Quando ele entra na associação ele vai se organizar no coletivo ele vai entender pra quem ele vai vender e de que modo ele vai separar esse material, quanto mais ele separar, em mais tipos de separação, por exemplo plástico, umas associações separam em doze tipos, outras em dezesseis, quanto mais especificado você deixar maior é o lucro que ele vai ter na venda do material, então quando chega no coletivo, chega dentro da associação, ele vai separar em muito mais vezes do que ele separava lá fora, mas é claro que isso vai trazer uma rentabilidade maior pra ele, ele tem uma dificuldade de entender isso, ele quer continuar fazendo o lado mais prático e ganhar mais, na verdade ele tem que separar mais, pra ele poder ganhar mais. Então, essa cultura lá fora, também é assim, sempre que ele chega no atravessador, diz que vai pra uma associação, na verdade o atravessador perde uma

mão de obra, a mão de obra de quem fornece serviço pra ele, então o catador já chega com uma cultura de que “ah lá dentro eu vou dividir com todo mundo então eu vou ganhar pouco, meu trabalho vai ser dividido com todo mundo”. E não é assim, lá dentro vou ganhar pelo trabalho que eu faço, se eu trabalhar oito horas e produzir 500kg eu ganho por isso, se eu trabalhar oito horas e produzir 30kg eu ganho por isso. Então, ele chega já com uma influência negativa dentro da associação em função do que uma pessoa fora da associação fez com ele, dizendo que lá não é bom, que vai ter que dividir com todo mundo, e é o contrário, ele leva um certo tempo pra entender isso, quando ele fica, porque muitas vezes ele volta pra rua.

Com relação ao ganho numa empresa capitalista e numa empresa solidária, SINGER (2002, p.13) faz a seguinte diferenciação:

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que, afinal, não faz muita diferença trabalhar numa empresa capitalista ou solidária, já que numa e noutra os ganhos são diferenciados de acordo com os mesmos critérios: os do mercado de trabalho. Mas esta impressão é falsa. Na empresa capitalista, os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirigem obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que tem por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas.

6. A REALIDADE DE VIDA DE CADA UM

Na aproximação com a AREPI, constatou-se através das evidenciações sobre a origem e inserção destes indivíduos em associação, fatores puramente socioeconômicos. Ou, para ser mais clara, na sociedade este indivíduo não se via como cidadão ou detentor de potencialidades para se inserir na vida comum em sociedade. Os catadores viviam às margens, invisíveis ou membros de uma subalternidade imposta por quem se utilizava da comercialização do lixo para explorar mão de obra humana.

Sobre a exploração do trabalho humano, a entrevistada salientou que:

No começo é assim, muitas vezes ele até consegue ter essa visão, o atravessador lá fora é o que passa a mão na cabeça dele, se ele precisar de um dinheiro pra comprar o gás, ele adianta, se ele precisar de dinheiro pra comida, ele adianta, então ele mantém a relação, empregado/patrão dessa forma. Hoje a AREPI já tem um fundo que ela pode fazer isso, no começo ela não tinha pra poder emprestar. Então

a gente, foi trabalhando a questão de deixar um valor na conta pra emergência de qualquer associado, hoje o catador não sai em função disso. Mas trabalhar o coletivo lá dentro interfere na personalidade da pessoa, então isso é muito difícil, ela pode aceitar ou não, mesmo a alimentação, tem dias que ela vai pra cozinha fazer a alimentação, tem dias que precisa fazer a limpeza, eles não precisavam se preocupar com isso.

Após essa constatação, dos fenômenos de submissão, marginalização, cultura do individualismo, sobrevivência, constituído socialmente por este grupo, instituir um olhar de coletivismo, de emancipação é um processo de remonta árduo trabalho, o que a pedagoga considera no seu trabalho de formação, um processo de “desprendimento” de hábitos, costumes, concepções:

Hoje dos que estão lá 20% coletavam em casa e acumulavam em casa o material, a primeira diferença é assim, quando ele tem o material dentro de casa, aquilo é dele, tá junto com ele, quando eu saio e venho pra associação, pra ter esse desprendimento de que amanhã aquele material vai estar lá, também é difícil, que é o meu ganha pão, dentro da minha casa eu tô vendo, ele tá aqui, o material que tá na associação eu não sei, será que amanhã ele vai tá lá? Trabalhar esse desprendimento deles é difícil, porque eles tem uma relação muito íntima com o material, o desprendimento leva um certo tempo. A exemplo, o tempo que se levou pra abrir conta em banco para o grupo.

A ideia de economia solidária remonta, segundo Paul Singer (2002), de pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção. Consequentemente, eis que o cooperativismo, surge como modo de produção alternativo ao capitalismo.

Na entrevista, pudemos esclarecer como a AREPI foi organizada dentro desta visão de economia solidária:

A AREPI é a Associação de Recicladores de Materiais Recicláveis e é estruturada como uma associação, quando você fala da divisão do lucro é porque uma associação ela não tem lucro porque todo o dinheiro é dos associados, ela pessoa jurídica ela não tem lucro, porque o dinheiro é dos associados, então assim, eu sempre coloco que não tem problema de ser associação, o dinheiro que entra não é da AREPI. Então a AREPI, o CNPJ dela não tem fins lucrativos, quem tem fins lucrativos é o catador que faz o trabalho, pelo trabalho que ele faz dentro da AREPI e os dirigentes não são remunerados, por exemplo, o presidente, ele não recebe nada por ele ser presidente, ele é remunerado pelo trabalho que ele desenvolve dentro da associação, se ele não trabalhar e produzir ele não ganha.

Essa ideia de cooperação, solidariedade e autogestão, são entendidas por Paul Singer (2002) como:

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Para que a autogestão se realize é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. (SINGER, 2002, p.18,19)

É para isso que vale a pena se empenhar na formação do indivíduo para pensar o coletivo, diante desta necessidade de compreender que as pessoas não são naturalmente inclinadas à viver em associação, ou de participar coletivamente na autogestão para o bem comum. Paul Singer (2002), contextualiza a construção societária do indivíduo: “Aprende-se a obedecer e temer os “superiores” desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira. A escola reprime e as imposições e repressões da família patriarcal vão na mesma direção”.

Portanto, não há construção de um projeto comum sem antes perpassar minimamente por uma construção ideológica. Sobre a formação impetrada na experiência da AREPI, a entrevistada profere que:

“Nós aqui no Instituto adotamos a “andragogia”, que é mais específica de como o adulto aprende, porque o adulto ele aprende diferente da criança, tem tempo de aprendizado diferente, o adulto ele já traz uma carga de informação, então o aprender dele é diferente do que uma criança. A “andragogia”, faz perceber como esse adulto aprende, ele tem uma bagagem diferente, isso tem que ser respeitado quando você vai trabalhar essas formações com eles, como é que ele aprende quando se trabalha desde um analfabeto até aquele que pode ter o ensino fundamental incompleto ou completo, a gente trabalha com várias diferenças de culturas e de entendimento da realidade. E a pedagogia da alternância, vai trabalhando a questão da prática e do conhecimento, o conhecimento que eu já tenho da prática, que é aquele conhecimento que adquiro a medida que vai se trabalhando e o conhecimento teórico que eu preciso ter para melhorar a minha prática. A gente tenta fazer a formação dentro destas duas pedagogias, como que ele aprende e como eu vou fazer para saber o que ele já sabe e produzir coisas novas pra que ele possa melhorar o conhecimento. Porque o conhecimento ele vai refletir lá na prática do trabalho. Tem que vivenciar todo o processo. Eu não gosto de trabalhar muito com textos, porque é muito difícil. Mas como eles precisam conhecer uma parte mais teórica, eu colo tudo na parede, é mais prático para eles e até agora eles guardam, já está lá há quase um ano, eles ficam lendo, o processo de aprender deles é diferente. O que é

economia solidária? Quando eles tinham alguma dificuldade eles iam ler para ver se encontravam ali a solução para o problema, então eles estão fazendo a relação teoria e prática, eles associam. “O que faz é importante e pode melhorar dessa forma”.

“No tema relacionado à cidadania, eles compreendem como se sentem em sociedade, quem eles são, que eles são cidadãos, sujeitos de direitos. Se precisa de documentos, vacinas, é trabalhado que eles tem direito a acessar e a gente até leva para fazer documento, vacina, etc. Para que eles entendam que tudo que existe de política lá fora construída é deles também. Eles têm uma percepção do que existe lá fora é pro outro e não pra eles. Isso reforça que eles ficam excluídos, à margem da sociedade, a sociedade impõe isso pra eles. A gente trabalha também a inclusão com eles, porque na rua eles estavam coletando, invisíveis à sociedade. Os temas que a gente trabalha na formação são muito específicos de acordo com a necessidade identificada neles. Então de acordo com a necessidade a gente vai montando os temas para formação. Na AREPI foram vários estágios de formação, agora está no estágio de incubação. Primeiro foi feita a base para o conhecimento de formação de uma cooperativa, vínculo com o poder público, a coleta seletiva. Formou-se o grupo de “dirigentes”. Daí começou a questão da organização interna deles mesmos, de se entenderem como coletivo, com a preocupação de consolidar o grupo. No ano passado foram trabalhados dez temas específicos. Trabalhou-se também a logística do trabalho deles no Cataforte II e a liderança de 3 ou 4 pessoas que fizeram esta formação.

Agora estamos trabalhando a parte administrativa e financeira da AREPI, pensando como fosse uma empresa, pagamento todo “planilhado”, tudo prestando contas com notas, e treinando a pessoa que faz a parte administrativa e financeira. Tudo foi resolvido com eles, a venda de quanto em quantos dias, quem vai operar a prensa, quem será o presidente, e o grupo de dirigentes.

A partir do que foi apreendido na entrevista com a profissional responsável pela formação dos associados, surgiu a necessidade de reafirmar junto a estes as percepções sobre a inserção na AREPI. Num universo de onze catadores, atualmente na AREPI, buscou-se entrevistar três associados, utilizando o critério de que estes associados exercem a mais tempo atividade na AREPI, estarem envolvidos no processo de formação e desenvolvimento da associação. Numa analogia da experiência, as percepções de origem, compreensão e de adaptação foram descritas desta forma:

| | Condições socioeconômicas antes de se inserir na AREPI | Compreensão sobre a AREPI | Dificuldades de adaptação à formação coletiva | Visão da AREPI atualmente |
|------------------------|--|------------------------------------|---|---|
| Associado 1 (feminino) | Trabalhava como “carrinheira” nas ruas, não acumulava lixo na residência, vendia | Barracão de separação de lixo para | Sim, ainda até hoje relata dificuldades de | Aderiu como parte da sua vida social, muito mais para |

| | | | | |
|-------------------------|---|---|---|---|
| | diretamente para atravessadores o material coletado; reside sozinha, compartilhando parte do terreno com familiares, tem conflitos e não aceitação por parte da família; não possui outra renda. | trabalho formal; | relação com associados. | sobrevivência, mas apresenta desejo de aposentar-se para ter renda e deixar a associação; ainda não se percebe integralmente no coletivo. |
| Associado 2 (masculino) | Trabalhava como “carrinheiro”, nas ruas, acumulava lixo na residência, onde fazia a separação e vendia diretamente o material coletado; reside com família; possui renda de aposentadoria de um salário mínimo. | Conhecia minimamente a proposta da associação; participou da construção e da estruturação da AREPI. | Não, adaptou-se facilmente, entende o processo comum de trabalho e se relaciona bem com os demais. | Realiza-se neste trabalho e na coletividade. |
| Associado 3 (feminino) | Trabalhava como “carrinheira”, nas ruas, não acumulava lixo na residência, vendia o material coletado para atravessadores; reside com família; não possui outra renda. | Barracão de separação de lixo para trabalho formal; | Sentiu estranheza na forma de organização associativa, no trabalho cooperado e na relação social com os associados. | Manifesta adaptação com o que aprendeu sobre coletivo. |

Os associados entrevistados compõem uma amostra significativa dentro do universo da AREPI, considerando o foco da proposta da associação de reciclagem que inicialmente era de atender pessoas que trabalhavam informalmente com esse material como forma de sobrevivência. Observou-se pouco conhecimento da proposta de associação e dificuldades na relação em entre os pares. Entretanto, segundo as observações no campo de pesquisa, entre os trabalhadores da reciclagem, no universo como um todo a AREPI traz uma mudança de paradigma, ainda que recente, ou seja a AREPI deixou de ser exclusivamente uma associação formada por coletores de material reciclável autônomos, devido à baixa adesão de recicladores autônomos a AREPI hoje tem entre os seus associados um grupo de pessoas marginalizada socialmente, alguns nunca trabalharam com reciclagem, na condição de desempregados, com baixa escolaridade, sem experiência profissional e dificuldade em se inserir num trabalho formal, regressos de vivência conflituosa com a lei, imigrantes, enfim, indivíduos que encontram na AREPI uma forma de sobrevivência. Torna-

se perceptível o processo de degradação social e agregado a isso a degradação da própria sobrevivência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção deste artigo evidencia que qualquer empreendimento, em que pese a participação de sujeitos excluídos socialmente na busca de emancipação social e econômica, deve considerar a necessidade de uma base formativa que atenda a socioeducação no viés político para efeito de construção de concepções apoiadas no interesse comum.

Os aspectos relacionais associados às considerações de pertencas devem ser amplamente discutidas e avaliadas. Do ponto de vista inclusivo, uma associação deve pensar os diversos elementos, sociais, culturais, econômicos e políticos, muito embora seja razoável considerar que a organização de uma associação não conte com essa preocupação imediata.

Há que se propor o que esse estudo concebeu, ou seja, de pronto, torna-se demasiadamente necessária uma estrutura de referência teórica crítica para subsidiar qualquer movimentação em prol do interesse coletivo. Acompanhando tal consideração vem a análise da experiência observada no projeto da AREPI.

Em que pese o desenvolvimento da proposta de formação imantada na AREPI, como objeto de autogestão dos associados, percebeu-se que do trabalho cotidiano, do conhecimento do manuseio, da técnica, da organização do trabalho, há apreensão por parte dos associados. Ou para ser mais clara, nessa associação o indivíduo se vê apenas como trabalhador integrante do processo de trabalho e não há clareza do que é emancipação social nesse processo.

Enfrentando inúmeras contradições, o associado se vê em meio a um processo de trabalho do qual ele próprio deveria diferir de empresa capitalista para empresa solidária. Porém, vindo de uma condição de marginalização e exploração informal na qual ele protagonizava, ele se coloca numa condição não igual a mero produtor de renda distributiva.

Portanto, cabe destacar que a participação em associação pode ser vista como uma convivência democrática, de colaboração, formação política, cívica e cidadã e é potencial geradora de solidariedade e emancipação social. Porém, se

a consciência política sobre o comum não determinar a horizontalidade das ações e manifestações, tende a ser uma instituição reprodutora de relações de poder que é um risco, mas não é a finalidade de contribuição a ser aprofundada nesse estudo.

Novamente há que se pontuar a importância de uma formação pautada em valores solidários, em emancipação política-cidadã que torne o sujeito protagonista da sua própria história social. Seu objetivo é compreender as mudanças que lhe irão ocorrer, das mudanças de paradigmas culturais que desenvolverão nesse processo de formação. Também que esta valorize a noção de sujeito em contraposição à noção de indivíduo.

Tal estudo representa, sem dúvida, um primeiro passo em direção à abordagem das possibilidades de formação com foco no desenvolvimento humano.

Considerando-se, entretanto, a diversidade cultural que promove o individualismo, torna-se pertinente a realização de aprofundamentos futuros, a partir da temática apresentada neste trabalho, que possam contribuir para a formação de cidadãos solidários, num debate acerca da influência cultural do individualismo na possibilidade de pensar o comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria P. de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba, Projeto, 1982.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena**. Campinas, São Paulo: Editora autores associados, 2001.

DEMOUSTIER, Daniele. **A economia Social e Solidária**. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e Desenvolvimento Local**. Brasília: AED, 2002.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **FISCHER**, Rosa Maria. **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2012

GOMES, Mercio P. Antropologia. Capítulo 2. **Cultura e seus Significados**. 2002, p.36.

GOUVEIA, Valdney V. **Dimensões Normativas do Individualismo e Coletivismo: É Suficiente a Dicotomia Pessoal vs. Social?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n2/a02v16n2>. Consultado em 18/08/2014 (p. 223-224).

HARNECKER, Marta. **O Capital: Conceitos Fundamentais**.

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (pág. 1047)

MARX, K. **A lei geral da acumulação capitalista**. In: **O Capital**. col. Os Economistas, vol. I – tomo 2. SP: Abril Cultural, 1984.

SANTOS, L M L; **BORINELLI**, B; **PITAGUÁRI**, S O. **Economia Solidária numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ºed. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul. **Uma Utopia Militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: sentimentos e opiniões**. Livro II. Tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 7ºed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.